

# OS ATAQUES À COMISSÃO DA CONST

22 AÇO 1985

Elitista, discriminatória, antipopular são algumas das acusações que a comissão de notáveis nomeada para reunir subsídios à Constituinte vem recebendo de líderes negros, sindicalistas, juristas e políticos. A comissão é também "incapaz e ilegítima", segundo o advogado Fábio Konder Comparato, que, embora nomeado para a comissão, está se negando a participar, sob a alegação de que não foi consultado antes.

Mas tudo isso é natural, segundo o ministro da Justiça, Fernando Lyra, que procurou ontem rebater todas as acusações à comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos. Para o coordenador do Movimento Negro, da Fundação Pedrosa Horta, o suplente

de deputado federal pelo PMDB Justo Carvalho, a não-inclusão de negros na comissão "é uma discriminação", além do que contraria promessa do falecido presidente Tancredo Neves. Para Lyra, porém, "não existe negro na comissão apenas porque não foi escolhida uma pessoa que fosse negra".

Sobre a negativa de Konder Comparato em participar da comissão, Lyra argumentou que seu nome já fora lembrado, até mesmo por Tancredo Neves, e também foi indicado por Ulysses Guimarães e pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns. Por esse motivo, Lyra disse estranhar a alegação do advogado de que não sabia da inclusão de seu nome. Já o secretário-executivo da comis-

são, jornalista Mauro Santayanna, disse que se Comparato não sabia da indicação é "porque não lê jornais". E ponderou que "na medida em que ele (Comparato) sabia que seu nome estava sendo cogitado deveria ter um gesto de elegância e evitado esse constrangimento".

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, considerou um erro a criação da comissão "por não representar a população brasileira, principalmente os trabalhadores". Walter Barelli, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) fez críticas na mesma linha, embora integre a comissão. Ele não concorda

com a escolha de quatro empresários contra apenas um sindicalista. Mas essas críticas também receberam explicações de Fernando Lyra. O ministro admitiu que a comissão não representa mesmo os diversos segmentos da sociedade, mas argumentou que quando for instalada a Constituinte haverá cem trabalhadores para cada empresário.

Ontem ainda, mais quatro subemendas à proposta de emenda constitucional do Executivo convocando a Constituinte foram acolhidas pela comissão mista do Congresso que estuda a matéria. O presidente da comissão, senador Helvídio Nunes, acatou as emendas dos deputados Nelson Marchezan, Domingos Leonelli e Jorge Uequed, e

## ITUINTE

do senador Itamar Franco. Todos eles encaminharam recurso à presidência da comissão, alegando terem apresentado suas propostas no prazo regimental de oito dias, embora sem as assinaturas necessárias. Foram ainda anexadas duas emendas constitucionais ao projeto do governo, dos deputados Jorge Arbage e Sérgio Cruz.

O PDT ainda tentou recorrer em favor do recebimento de sua emenda, marcando eleições presidenciais diretas no mesmo dia da eleição da Constituinte. Mas como a emenda sequer foi apresentada à secretaria da comissão, por não ter completo o número de assinaturas, o senador Helvídio Nunes indeferiu o recurso.

DESTA